

FORMAS DO ENSAIO E POLÍTICAS DA TEORIA NO PÓS-DITADURA: MOMENTOS DE COMPOSIÇÃO

Gabriel Fernandes de Miranda¹

Resumo: Este artigo focaliza alguns ensaios de Silviano Santiago e de Beatriz Sarlo publicados entre 1980 e 2001 para identificar definições e usos do ensaio diante da transição (incompleta e problemática, vista a posteriori) de regimes autoritários para a democracia na Argentina e no Brasil. Argumentaremos pela aproximação entre essas intervenções de Silviano e Sarlo e os conceitos de “composição” de Bruno Latour e “instituição” de Roberto Esposito. Defendemos que, nessa outra política de escrita, os teóricos enfatizam o lugar do ensaísta como mediador em uma sociedade pensada não como bloco homogêneo, mas como tecido de comunidades e grupos em relação. Essas perspectivas indicam um abandono da transcendência suposta no vanguardismo e sugerem um modo de atuação da teoria e do ensaísmo em momentos de crise e transformação social.

Palavras-chave: Ensaio. Silviano Santiago. Beatriz Sarlo. Composição.

FORMAS DEL ENSAYO Y POLÍTICAS DE LA TEORÍA EN LA POSDICTADURA: COMPOSICIÓN E INSTITUCIÓN

Resumen: Este artículo se centra en algunos ensayos de Silviano Santiago y Beatriz Sarlo publicados entre 1980 y 2001 para identificar definiciones y usos del ensayo ante la transición (incompleta y problemática, vista a posteriori) de los regímenes autoritarios a la democracia en Argentina y Brasil. Argumentaremos a favor de la aproximación entre estas intervenciones de Silviano y Sarlo y los conceptos de “composición” de Bruno Latour e “institución” de Roberto Esposito. Defendemos que, en esta otra política de la escritura, los teóricos enfatizan el lugar del ensayista como mediador en una sociedad concebida no como un bloque homogêneo, sino como un tejido de comunidades y grupos en relación. Estas perspectivas indican un abandono de la supuesta trascendencia del vanguardismo y sugieren una forma de actuación de la teoría y del ensayo en momentos de crisis y transformación social.

Palabras clave: Ensayo. Silviano Santiago. Beatriz Sarlo. Composición.

¹ Professor adjunto de Literatura na Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e coordenador do Grupo de Pesquisa Literaturas Contemporâneas e suas Interseções. E-mail: gabriel.miranda@ueap.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4859831201790218>.

Introdução

Posso começar revelando uma contradição entre a forma e o tema deste artigo. Ainda que o ensaio seja a escritura que interessa indagar neste texto, a performance de escrita aqui construída é evidentemente não-ensaística. O objetivo desse trabalho é apontar algumas coincidências no tratamento feito por Silviano Santiago e Beatriz Sarlo acerca do gênero. Assim, essa investigação pode ser incluída na gama de “ensaios sobre o ensaio”, como formula o crítico argentino Alberto Giordano (2005).

Através do trabalho de Giordano, posso começar a pensar uma definição latino-americana do ensaio. Ainda que a herança da linhagem de Montaigne, Lukács ou Adorno sejam importantes, quero propor um diálogo entre Beatriz Sarlo, Silviano Santiago e algumas intervenções sobre a forma ensaística no continente. Em texto de 1998, Giordano recuperava o debate argentino em torno da forma ensaio nos anos 1980, e via, na contraposição entre Beatriz Sarlo e as ensaístas do dossiê “Últimas funciones del ensayo” da revista Babel, uma “crise do ensaio” no momento de restauração da democracia. (Giordano, 2005, p. 250).

A comparação entre os polos em embate servia não tanto para discutir a forma do ensaio, mas sim para sublinhar o quanto o “recurso ao ensaio” permitia discutir as funções de professora e da pesquisadora. No texto de Sarlo de 1984, o ensaio, segundo Giordano, era pensado de maneira retórica, como uma ferramenta para quebrar um certo isolamento da crítica universitária (Giordano, 2005, p. 251-253). Contra essa perspectiva pragmática, Giordano encontrava, nos textos da revista Babel de 1990, um uso do ensaio como ferramenta para “[...] ampliar e potencializar as possibilidades da crítica liberando-a da compulsão ao entendimento, da exigência de justificar-se pelo consenso” (Giordano, 2005, p. 254. Tradução nossa.).

A batalha em miniatura montada por

Giordano permite opor um uso do ensaio como ferramenta de comunicação a um encontro com o ensaio que gera desconcerto na língua especializada do saber acadêmico em momento de forte institucionalização das ciências humanas na Argentina. O crítico elege seu lado na batalha, afirmando que o ensaio é oposto ao “pragmatismo da funcionalidade e da eficácia” (Giordano, 2005, p. 254. Tradução nossa) e “se apresenta como um campo de resistência à homogeneização e ao disciplinamento porque não nega, mas explora as possibilidades de sua ineficácia” (Giordano, 2005, p. 255. Tradução nossa). Ou seja, destaca-se a perspectiva ética e questionadora do ensaio, sugerindo que sua função política é mais de uma erosão da função mediadora da linguagem do que a de reatar laços entre intelectual e sociedade (Giordano, 2005, p. 257)².

O problema da posição do intelectual não era, entretanto, uma novidade no campo literário argentino. Já na década de 1970, palco para uma profunda crise política no país e para o golpe de estado que instaura o “Proceso de reorganización nacional” em 1976, escritores, críticos e teóricos se aproximaram da função de intelectuais. José Luis de Diego (2003) entende os anos que precederam o golpe militar como momento que empurrou escritores à uma maior intervenção nos debates da vida social. É a partir do trabalho de Diego que entendemos a concepção mínima do intelectual como sujeito

- 2 Sobre a conexão entre escritores e intelectuais, José Luis de Diego (2003) caracteriza a década de 1970, a mesma que foi palco para a crise política e o golpe de estado que instaura o “Proceso de reorganización nacional” em 1976, como um momento que exigiu de escritores a atuação como intelectuais, ou seja, que empurrou os produtores disso que chamamos de literatura à uma maior intervenção nos debates da vida social. Ainda que o livro de Diego não se dedique a uma teorização acerca da figura do intelectual, entendemos que essa concepção mínima que faz equivaler intelectualidade com debate público de ideias, sobretudo a partir do suporte de revistas como *Los Libros*, *Crisis* ou *Contorno*, é funcional para entender a atuação de Sarlo na pós-ditadura. Assim, o recurso ao ensaio da crítica de *Punto de Vista* pode ser lida como uma reivindicação de continuidade em relação à efervescência político e teórica que precedeu o golpe militar.

que atua no debate público de ideias, sobretudo através das revistas literárias que abundavam naquele momento e das quais Beatriz Sarlo fez parte, como *Los Libros* e *Punto de Vista*. A discussão acerca do ensaio, portanto, pode ser lida como uma continuação de debates políticos e teóricos suspensos, em parte, pelo golpe militar.

Voltando a Giordano, verificamos que, em outra intervenção, a forma ensaística era definida de modo mais geral, sem se ater à conjuntura pós-ditatorial. Elencando diálogos com Borges, Blanchot e Edgar Allan Poe, o crítico argentino notava no ensaio um modelo de leitura oposto à hermenêutica e à busca de sentido. Contra esse “leitor profissional”, cuja operação de leitura já tem um fim predefinido, se arma um “leitor-bricoleur” (Giordano, 2005, p. 231. Tradução nossa). O ensaio seria a plataforma onde se pode articular uma “legalidade própria da literatura (Giordano, 2005, p. 225. Tradução nossa), uma “literaturização do saber” (Giordano, 2005, p. 233. Tradução nossa) e um “perspectivismo” (Giordano, 2005, p. 242. Tradução nossa) que se opõe ao mandato de objetividade do texto acadêmico.

Em todas essas formulações, constrói-se uma diferença do ensaio em relação ao discurso acadêmico. Sua especificidade seria negativa, desarmando, erodindo e agindo nas zonas de sombra impensadas. Percebo, ainda, que, se o ensaio permite o encontro com o impensado, os argumentos de Giordano em um e outro texto são suficientemente próximos para que pareça não seguir essa ética da surpresa — contra uma hermenêutica da suspeita — quando lê os ensaios de Sarlo, Schmucler ou González.

De modo que a transformação da conjuntura não modifica a definição ensaística de Giordano, que permanece fiel a uma linhagem blanchotiana/pós-estruturalista que maneja operações negativas e prefere afirmar o transitório, o fugaz e o indefinido.

Tom parecido aparece no estudo de Ana

Cecília Olmos acerca de ensaios de escritores na América do Sul. Pensando acerca da função do ensaio na geração que subscreveu à aposta pós-estrutural na escritura — a chilena Diamela Eltit, o argentino Luis Guzmán e o brasileiro Osman Lins — ela definia o ensaio como “enunciação subjetiva direta” (Olmos, 2019, p. 19) que oscila entre uma multiplicidade do real e um conhecimento da própria voz enunciativa. O ensaio seria, para ela, “uma escrita que se define pela abertura, a fragmentação, o dinamismo e, até mesmo, por certa arbitrariedade que evoca a disponibilidade infantil diante do lúdico” (Olmos, 2019, p. 20). Essa dispersão que o ensaio permite está ligada também a uma concepção barthesiana da leitura como operação que “dissemina ao infinito as possibilidades de significação de um texto” (Olmos, 2019, p. 85).

Nessa perspectiva, que expande os limites do ensaio além das fronteiras argentinas que interessavam a Giordano, o ensaio segue sendo território da indefinição, ferramenta de indagação e de desdobramento do sujeito que escreve. Parece evidente, portanto, que essa abordagem supõe um abandono da intervenção política do ensaio, preferindo destacar sua liberdade e sua atuação em negativo em relação à linguagem instituída, seja da crítica ou da academia. Em outra oportunidade, agreguei as perspectivas de Giordano e Olmos no que chamei de “partido da incerteza”, cujo local no embate em torno da forma-ensaio seria o do elogio da multiplicidade, da indefinição e da abertura, ou seja, uma espécie de resistência à definição que caminha em conjunto com uma proscrição da função política da forma. (Miranda, 2024).

Forma do ensaio: Silviano Santiago e Beatriz Sarlo no pós-ditadura

Se o caráter indefinido do ensaio aparece nessas reflexões teóricas que propõem balanços dos usos do gênero na América Latina, pretendo passar agora à leitura dos críticos que pare-

cem desenhar outras visões, polêmicas, acerca do ensaio no momento de passagem das últimas ditaduras do Brasil e da Argentina, articuladas e conectadas nas estratégias de repressão e nos efeitos nocivos no campo intelectual desses países

Primeiramente, quero voltar a um ensaio Silviano Santiago, “A democratização no Brasil: cultura versus arte”, publicado originalmente em 1998 em coletânea organizada por Raul Antelo e depois recolhido no volume *O cosmopolitismo do pobre* em 2004. Naquele texto, a questão principal era a da transição temporal do século XX, que o crítico identificava com uma transição política e estética: a passagem do registro “literário” e “sociológico” a um “cultural” e “antropológico” (Santiago, 2004b, p. 134).

A periodização presente no texto de Santiago, voltada para o momento entre 1979 e 1981, já indicava a união de duas temporalidades distintas. Por um lado, o tempo político, marcado pela promulgação da Lei de Anistia em Agosto de 1979; por outro, o tempo cultural-literário, delimitado pela publicação de *Retrato de Época*, de Carlos Alberto Messeder-Pereira e, quiçá, pela circulação do romance *Em Liberdade* do próprio Santiago, publicado no mesmo ano. Esse breve momento foi pensado pelo crítico como um de afirmação das “roupas festivas da democratização” que se impunham em momento de saída de regime autoritário. O tempo pós-ditatorial se caracterizaria por um duplo movimento encenado por grupos distintos: os “companheiros de luta” (Santiago, 2004b, p. 135), de saída, e os “impotentes e desmemoriados radicais da atualidade” que entram em cena. A oposição indicava, ainda, uma mudança na valência política, da luta à impotência, do luto à desmemória. Se a adjetivação sugere um juízo sobre a nova geração, o texto de Silviano se encaminhará para um elogio da passagem de uma à outra lógica.

A transformação do cenário, que passa

por uma menção às publicações de entrevistas Patrulhas Ideológicas e ao “depoimento” célebre de Gabeira em *O que é isso, companheiro?*, é também uma transformação do campo de embate: da política, da sociologia e da história ao campo da arte. No diagnóstico de Silviano, o período é marcado pelo fim da plataforma do livro, a cisão das esquerdas e a desagregação da imagem de um Brasil integrado (Santiago, 2004b, p. 137). Elementos que começam a montar um cenário de crise que, entretanto, é lido por Santiago com algum entusiasmo.

O impacto da dissertação de Messeder-Pereira, produzida no interior do campo da antropologia, sobre a poesia marginal carioca da década de 1970 gerou uma modificação no campo dos estudos literários que Santiago resume desse modo: “O paladar metodológico dos jovens antropólogos não distingue a plebéia entrevista do príncipe poema” (Santiago, 2004b, p. 137). Interessa aqui sublinhar os termos opostos utilizados que sugerem uma indistinção da matéria literária a partir de metáforas estamentais³. O estatuto aristocrático do poema se perde, portanto, a partir desse olhar outro, de quem observa o campo de fora. Desse modo, Silviano anota, auxiliado também por Heloisa Teixeira [então Buarque de Hollanda], uma transformação no modo mesmo de visualizar e estudar o campo da arte, o que significava, também, um abandono ou “envelhecimento” das balizas estruturalistas da “literariedade”. Nessa nova visão acerca do literário, o poema é estudado por sua

3 A aparição do sintagma de classe pode ser aproximada de uma certa tradição da teoria e do funcionamento universitário argentino analisado por Vinícius Ximenes (2023, p. 294). Na tese de Ximenes, a leitura de Ludmer levava à compreensão de que o ingresso irrestrito das universidades públicas argentinas se traduzia em uma “*aura plebéia*” que aparece em diversos estudos que circundam a teoria literária produzida no país de Sarlo. O encontro entre intelectualidade e cultura “plebéia” e a indiferenciação no tratamento dos objetos configurariam talvez, no pós-ditadura brasileiro, uma cena crítico-teórica pós-ditatorial interessada em abandonar ou eludir os gestos, métodos e posições aristocráticas em relação à cultura, à literatura e às artes.

transitividade e sua comunicabilidade, não mais por sua ambiguidade inerente ou por sua especificidade diante de outros discursos⁴.

Para o crítico, a “ousadia metodológica representa também uma ousadia geracional” (Santiago, 2004b, p. 138). Essa geração, aquela da dita poesia marginal carioca, imaginava uma política propositiva, oposta à estratégia da “afrota ideológico-partidária” (Santiago, 2004b, p. 138) vigente sob a ditadura militar. Transformações teóricas e transformações políticas, portanto, se conectam. O ensaio de Silviano faz erodir as balizas entre uma e outra posição, apontando para um imbricamento profundo entre o estudo da literatura e novas concepções do político.

O percurso analisado pelo crítico vai da cultura à música popular, que teria se infiltrado nos estudos literários, permitindo o “despertar da minoria letrada” a uma cultura da maioria (Santiago, 2004b, p. 142). Anotando textos que já faziam ligação entre cultura de massas e cultura letrada, Silviano retorna ao problema da democracia, da inserção de um vinco no interior das esquerdas, entre um pessimismo da “velha geração marxista” (Santiago, 2004b, p. 148) e a aposta na democratização. Para o crítico mineiro-carioca, apesar das passadas largas, a geração democratizante teria forçado uma transformação subjetiva do ex-guerrilheiro em cidadão, redirecionando o gesto punitivo para a “formação cultural do Brasil” (Santiago, 2004b, p. 149), curiosa fórmula que se apropria do vocabulário

de Candido para deslocá-lo para fora do fechado sistema literário. Ou seja, ainda que o texto de Silviano não tratasse diretamente do ensaio como forma, seu diagnóstico da conjuntura pós-ditatorial nos ajuda a imaginar uma política da crítica que o teórico já vinha desenvolvendo.

Em texto anterior, “A crítica literária no jornal”, publicado originalmente em revista de Stanford em 1995, a preocupação com a democratização já estava lançada como pressuposto de uma discussão sobre a circulação e a produção literária no Brasil. Para Santiago, o processo de democratização, ainda em curso, questionava a autoridade e o encerramento dos saberes universitários (Santiago, 2004a, p. 156), argumento que apontava para uma convergência com os diagnósticos feitos por Heloisa Teixeira no início dos anos 1980.

Entretanto, diferente do tom esperançoso que dominava seu texto de 1998, já comentado, ali Silviano apontava para um beco sem saída em que se digladiavam as opções do ensaio, marcado por “excesso de pedantismo e de notas de pé de página” e a crítica literária, cujo tom seria “especializadíssimo” (Santiago, 2004a, p.156-157). Organizando seu texto por meio de perguntas e objetivos, Silviano buscava um horizonte de reforma da cultura e do Estado: o “aperfeiçoamento democrático das instituições do saber e dos meios de comunicação de massa e a da formação do cidadão na América Latina” (Santiago, 2004a, p. 158).

A pretensão, ainda que não-revolucionária, era grande: formar o cidadão, democratizar a universidade. A intervenção se dava no escopo de um processo de desliteraturização da mídia e da imprensa escrita (Santiago, 2004a, p. 158), ou seja, uma perda paulatina de prestígio e do lugar da literatura nos meios de comunicação de massa. Para Silviano, na separação entre os suportes — literário e midiático — tinham culpa os professores universitários, avessos ao dito impressionismo tanto do ensaio quanto da crítica

4 Uma das referências de Santiago é uma coluna de Heloisa no Jornal do Brasil acerca do livro de Messeder Pereira. O início da nota, aliás, se dá precisamente por um “mal-estar dos intelectuais”, relacionado a uma reavaliação dos fundamentos teóricos e metodológicos da sociologia marxista. O diagnóstico de Heloisa se amplia para delimitar o movimento de reavaliação como uma das tendências fortes que atravessavam a produção intelectual, através da figuração de si, do questionamento metodológico permitido pela antropologia, e a produção literária, através de um olhar renovado para a experiência militante, a masculinidade e a própria ideia de Brasil em livros de Fernando Gabeira (Hollanda, 1981).

ca literária praticada nos jornais. Ou seja, nesse panorama, a especialização da linguagem acadêmica gera o isolamento da crítica e do estudioso de literatura. A tarefa a ser pensada, então, era a de romper a barreira instaurada.

Curiosamente, o texto de Silviano não confirma o abandono da forma ensaio. Antes, seu argumento lamenta a lenta perda da “linguagem ensaística”, transformada em “linguagem convencional” na tentativa de atingir a um público massivo (Santiago, 2004a, p. 164). Ou seja, o ensaio aparece duplamente: como excesso erudito e como forma que perde sua especificidade. Em relação à crítica literária, Silviano parecia saudoso do critério de valor e do gesto de juízo que marcaram as intervenções na imprensa. O abandono dessa operação teria relação, para ele, com as exigências metodológicas dos saberes em circulação nas Faculdade de Letras e a afirmação da Teoria da Literatura como disciplina. De certo modo, Silviano parece operar uma retratação do impacto de sua própria geração nos estudos literários: contra os excessos metodológicos do estruturalismo, uma reabilitação do poder de julgar da crítica literária⁵. Uma das soluções encontrada é a de propor estudos arqueológicos sobre a crítica no jornal, visando resgatar do esquecimento uma produção que fora escanteada pela própria Universidade.

Do outro lado, a solução estaria na reabilitação da “leitura crítica”, voltada para a definição da qualidade da produção literária. A retomada dessa postura, aliás, finaliza o texto dando espaço à uma longa citação de Antonio Candido. A convergência entre o pai da formação e o patrono da desconstrução parece montar, performativamente, uma política da composição em torno da palavra-chave que circula nos ensaios do volume *O cosmopolitismo do pobre: democratização*.

A questão do ensaio é apenas lateral nesses

5 Sobre a relação tensa entre uma e outra perspectiva do literário, basta lembrar do ataque ao subjetivismo da crítica em texto célebre de Roman Jakobson (1974, p. 120)

textos de Silviano, que buscam alternativas para uma conjuntura em crise, seja da crítica literária, seja das concepções marxistas que haviam regido um conjunto de intelectuais durante os anos ditatoriais. Mais atenta à forma ensaística é Beatriz Sarlo em “La crítica: entre la literatura y el público” comentado por Giordano, uma fala de 1984 na Universidade de Buenos Aires.

Nessa intervenção pública no seio da instituição universitária, Sarlo partia do pressuposto de que a crítica literária é um discurso sobre um objeto evanescente, discurso esse incomparável com o caráter científico das ciências sociais ou da linguística. Se o discurso era incerto, também o era o lugar do crítico. Cindido entre os mundos do público e do escritor, para Sarlo, a crítica carrega em si uma espécie de “esquizofrenia” e delimitava: “O crítico é alguém definido pela ausência de lugar” (Sarlo, 2015b, p. 45. Tradução nossa)⁶.

Entretanto, o desencaixe entre discurso e sujeito da crítica é objeto de uma lamentação. Não se trata, apenas, de uma designação estrutural da crítica como atividade, mas de uma certa conjuntura histórica que Sarlo percebe a partir dos anos 1960. Esse será o momento de conjunção entre uma crise do ensaio e uma crise da crítica literária na Argentina, na sua visão. O abandono do ensaio teria se dado com acusações contra o seu impressionismo e em favor de uma especialização do discurso sobre a lite-

6 O sintagma da esquizofrenia aparecia em outro balanço dos anos anteriores à década de 1980. Em artigo na revista *Punto de Vista*, dirigida por Sarlo, Maria Teresa Gramuglio, pesquisadora ligada à Universidad Nacional del Litoral e à Universidad Nacional de Rosario, usava o termo para diagnosticar a contradição entre o privilégio da estética vanguardista defendida por intelectuais do campo artístico, o elogio a *Operación Masacre*, de Rodolfo Walsh, e a militância política em associações, partidos e movimentos sociais. Para Gramuglio, aquele período de envolvimento entre intelectualidade e política deve ser visto com ironia por seus excessos e os contrastes despercebidos entre vanguarda e arte politicamente comprometida (Gramuglio, 1986, p. 3). A citação a esse uso do termo aparece no livro de José Luís de Diego (2003, p. 39) sobre a década de 1970.

ratura. Como em Santiago, o processo de modernização dos estudos literários gera um isolamento da crítica em relação ao público. Assim, se os estudos literários ganham particularidade e se especializam com conceitos, métodos e referências teóricas sincronizadas com os centros de produção intelectual, também perdem “a possibilidade de um Barthes ou a possibilidade de um Benjamin” (Sarlo, 2015b, p. 48. Tradução nossa).

Curiosamente, Sarlo remete à vanguarda do século XX para pensar momentos em que o discurso crítico exercia de fato a mediação que lhe seria fundamental. Na revista *Sur*, ligada a Borges e às irmãs Silvina e Vitoria Ocampo, ela via uma legibilidade que contrastava com o cenário do pós-ditadura: “era uma revista que podia ser lida por qualquer leitor ‘culto’ da Argentina” (Sarlo, 2015b, p. 49. Tradução nossa). A transformação dos meios e o abandono de um discurso partícipe de um “espaço comum” se expandem também para a Universidade, cujo destino foi, para Sarlo, o de uma conversão de “foco de modernização” em espaço “completamente irrelevante para a crítica” (Sarlo, 2015b, p. 50. Tradução nossa). Aqui, é possível perceber um distanciamento entre Santiago e Sarlo. Se, no primeiro, é o recente domínio militar que implicou um isolamento da universidade em relação ao meio cultural, na segunda o processo é efeito de uma temporalidade de crise alargada, que vinha desde a ditadura de Onganía em 1966. O ambiente é o de uma impossibilidade: a universidade já não causa mais impacto sobre o social, “perdeu sua possibilidade de emitir um discurso autorizado e polêmico” (Sarlo, 2015b, p. 51. Tradução nossa).

Diante da crise da relação entre intelectual e sociedade, o elogio ao ensaio aparece como saída para recuperar a função mediadora da crítica literária. Mediação que, inclusive, não prescinde da polêmica que, nos parece, o próprio texto de Sarlo performa. Dentro e contra a universidade, podemos ver o gesto de Sarlo

como uma conversão: a saída do espaço universitário em direção ao lugar de intelectual pública que ela já havia ocupado, seja em Los Libros ou em Punto de Vista e continuaria a ocupar até o fim da vida⁷. Nessa transformação, a ineficácia do discurso universitário seria transposta pela comunicabilidade e o caráter mediador do ensaio. A fetichização da linguagem teórica seria remediada pela capacidade do ensaístico de convocar leitores mais além do circuito limitado do mundo universitário.

Se o elogio da forma ensaio é parte importante do argumento desse texto de 1984, sua definição não é explorada a fundo. Antes, temos indicações laterais que remetam à comunicabilidade do gênero e à interpelação que ele lança aos leitores, exigindo “uma disposição paciente, a disposição de suportar um discurso que remete suas conclusões sempre adiante, e que raciocina de maneira prolixa e exaustiva” (Sarlo, 2015b, p. 55. Tradução nossa).

Em texto bastante posterior, de 2001 e, portanto, mais próximo das intervenções de Santiago mencionadas anteriormente nesse artigo, Sarlo retoma o tema do ensaio, dessa vez com uma intervenção menos polemizante e mais cartográfica, tentando mapear os modos e estratégias do gênero. Em vez de anunciar uma crise do ensaísmo, Sarlo prefere se alinhar com as definições incertas do ensaio que já havíamos notado em Giordano e em Olmos. Assim, “Del otro lado del horizonte” prioriza o caráter processual e de movimento do ensaio (Sarlo, 2015a, p.133), sua incompletude e capacidade de desafiar o fechamento (Sarlo, 2015a, p. 134) e seu desvario ao mudar de direção e improvisar “em um sentido musical, trabalhando sobre um tema até distanciar-se por completo, dar a impressão de que o perdeu, encontrar nesse tema as notas de outro em que não se havia pensado”

7 O subtítulo do recente livro autobiográfico de Sarlo (2025) publicado após o seu falecimento, *No entender*. Memórias de uma intelectual, aponta justamente para esse predicado que parece confirmar uma certa forma de aparição pública.

(Sarlo, 2015a, p. 135. Tradução nossa).

O caráter contraditório do ensaio se destaca, deixando de lado sua função comunicativa ou a possibilidade de seu uso político para romper o isolamento do discurso especializado da Universidade. “[A] lei do ensaio é não se submeter a programa” (Sarlo, 2015a, p. 151. Tradução nossa.), escreve ela, como se retratasse sua perspectiva pragmática anterior, que escandalizava Giordano. Lembramos que o crítico se distanciava da perspectiva de Sarlo na década de 1980, apontando ali a submissão da forma ensaística a uma lógica da eficácia política e à busca pelo lugar mediador do intelectual (Giordano, 2005, p. 253) Evidentemente, de uma à outra intervenção, o que se modifica é a conjuntura: dos anos imediatos da pós-ditadura até o estrago já feito pelo neoliberalismo menemista. A transformação da abordagem do gênero por Sarlo pode ser lida, como argumentei anteriormente (Miranda, 2024, p. 59), a partir da transformação nas condições da política e do fracasso de certas apostas políticas feitas na política Argentina. Prefiro, contudo, ler o texto mais recente a partir de uma permanência da validade dos argumentos do texto inicial, de 1984. Entendo que Sarlo não revisita a função do ensaio porque ainda segue subscrevendo a uma esperança na forma ensaística como alternativa ao isolamento da crítica.

Entretanto, mais do que a aparente passagem de um lado a outro dos grupos em disputa pelos sentidos do ensaio, interessa aqui anotar o olhar construído pela crítica, voltado aos procedimentos formais do ensaio e o uso de certos recursos retóricos: metáfora, eclipse, paradoxo, exemplo, casos, aforismos e condensações; e no seu parentesco com outros gêneros como a biografia e a profecia.

Por mais que, nessa intervenção, Sarlo argumentasse pela impossibilidade da paráfrase do ensaio e da irreducibilidade de sua escritura a um resumo de ideias (Sarlo, 2015a, p. 136),

busco identificar alguns movimentos que sugerem uma política que une posições bastante heterogêneas. Afinal, a abertura do texto recuperava uma imagem revolucionária mencionada por Heinrich von Kleist: a resposta de Mirabeau à ordem de dissolução dos Estados Gerais, que disse não deixar seu posto a não ser por força de baionetas (Sarlo, 2015a, p. 135). Se ao longo do percurso, o ensaio ganha características desviantes e improvisadas, ele também é pensado a partir de um “caráter conclusivo” (Sarlo, 2015a, p. 136). O texto aponta, portanto, para uma política do ensaio que oscilaria entre a experimentação da escritura e o desejo conclusivo.

A intervenção do gênero na discussão intelectual seria visível na categoria da polêmica, elencada por Sarlo como um gênero dialógico que funciona pela pressuposição de uma resposta ao escrito (Sarlo, 2015a, p. 137). A escritura, fundamento do gênero na definição de “Del outro lado del horizonte”, seria palco para um quê “propagandístico”, ligado à defesa ou ataque a uma posição (Sarlo, 2015a, p. 137). Assim, o ensaístico dialoga, talvez, com a concepção de Chantal Mouffe do político como espaço do antagonismo (2015), contraposto à concepção liberal de um campo dominado pela racionalidade ou moralidade. De todo modo, a intervenção de Sarlo no século XXI concebe o ensaio como um oxímoro, onde convivem operações opostas e onde se encontram diversos dispositivos do discurso. Nessa particular visão, a política do ensaio é tanto uma da heterogeneidade, como a assunção de uma função combativa no cenário intelectual.

Ainda que opostos no que tange a confiança no ensaio, — Santiago denuncia sua erudição ineficaz, repleta de notas de rodapé, enquanto Sarlo o vê como forma legível — os dois professores incluem a discussão da forma ensaística em uma reflexão sobre as relações entre crítica, imprensa e universidade. Em ambos, podemos dizer, a preocupação é sobre o lugar do teórico da literatura numa sociedade pós-di-

tatorial⁸. Nos dois casos, a aposta parece ser na construção, na produção de um processo somatório que pode contribuir tanto para a saída do isolamento universitário, causado pelos regimes ditatoriais, quanto para a recolocação de um lugar de mediação para os estudos literários.

Política do ensaio e da Teoria: composição, instituição

No trabalho de ambos os intelectuais, podemos vislumbrar apontamentos em direção a uma política de tipo construtiva que encontra ecos em discussões contemporâneas. Inicialmente, podemos situar as intervenções de Sarlo e Santiago como projetos composicionistas, como pensou Bruno Latour anos depois, em 2010. O diálogo entre a universidade e uma política da composição já foi apontado por Vinícius Ximenes, constituindo uma passagem do vanguardismo a uma situação nas quais sobrevivem “ao menos algumas moléculas da energia das vanguardas” (Ximenes, 2023, p. 302). Por mais que a pergunta pelos limites da natureza e pela questão do antropoceno estejam longe do escopo desse trabalho e da discussão das pós-ditaduras, questões importantes nos trabalhos teóricos de Latour, podemos selecionar alguns elementos na tentativa de manifesto composicionista do filósofo francês que indicam uma política que parece convergir com as posições

8 Ainda que Sarlo possa ser colocada no papel de crítica literária a partir de sua trajetória no campo literário argentino desde seu trabalho no Centro Editor de América Latina até sua atuação à frente de *Punto de Vista*, revista que circulou entre 1978 e 2008, podemos imaginá-la também como teórica da literatura, sobretudo se nos voltamos para a sua atuação na Universidad de Buenos Aires no período imediatamente posterior à ditadura (Sarlo, 2022) e na sua continuada intervenção em debates teóricos do presente em publicações como *Tiempo pasado* (Sarlo, 2012). Em um ou outro caso, percebemos a disposição da professora para adentrar o debate em torno de conceitos e operações do campo da teoria literária, como a presença de construções a partir dos conceitos de valor e originalidade em suas aulas (Sarlo, 2022, p. 70) ou o tom polemizante em relação ao giro subjetivo e as expressões teóricas que focalizam o sujeito.

acerca do gênero ensaístico comentadas neste artigo.

A dimensão que mais nos interessa é a ênfase de Latour no caráter produtivo de uma política por vir. Abordagem essa que admite não uma cisão entre falso e verdadeiro, mas entre boas ou más construções [“well or badly constructed”] (Latour, 2010, p. 474. Tradução nossa) políticas. No seu argumento, a composição era uma resposta a um esgotamento das operações de desvelamento hegemônicas nas humanidades, e à pressuposição de uma verdade transcendente que só pode ser acessada através do gesto crítico. A política da crítica, entendida como revelação, seria então um procedimento que impede qualquer tipo de construção de alternativas:

Com um martelo (ou uma marreta) na mão, você pode fazer muitas coisas: derrubar paredes, destruir ídolos, ridicularizar preconceitos — mas não pode consertar, cuidar, montar, remontar, costurar. É tão impossível compor com a parafernália da crítica quanto cozinhar com uma gangorra [seesaw]. (Latour, 2010, p. 475. Tradução nossa)

As metáforas utilizadas dão conta de uma incompatibilidade de ferramentas que, se Latour quer fazer aplicar à crise climática, no caso de Silviano e Sarlo se relaciona com o desejo de uma democratização da sociedade e do saber acerca do literário. O esforço construtivo era, afinal, aquele que Silviano elencava como novidade na conjuntura pós-ditatorial brasileira.

Na política latouriana, a ênfase construtivista não significa, todavia, uma indefinição infinita como era possível verificar no pensamento de Giordano e Olmos: “Para um composicionista, nada está além da disputa. E, no entanto, um desfecho precisa ser alcançado. Mas esse desfecho só é atingido pelo lento processo de composição e concessão, não pela revelação de um mundo além” (Latour, 2010, p. 478. Tradução nossa). Essa lenta temporalidade da composição parece rimar com a paciência que o ensaio exige

do leitor, segundo Sarlo (2015b). A tônica desviante do ensaístico e seu uso de elipses e saltos produz uma leitura cuja trajetória é inseparável do que se argumenta, como parece ser a política composicionista.

As sugestões de Latour, cujo objetivo é o de uma construção do comum, encontram eco nas mais recentes intervenções de Roberto Esposito, filósofo pós-foucaultiano cujo pensamento se baseia em uma ampla crítica aos modos existentes da soberania. Em *Instituição*, publicado em italiano em 2021 e traduzido ao português em 2023, a filosofia de cunho negativo que o acompanhava, buscando mostrar limites e problemas na genealogia da comunidade (Esposito, 2003), se abre para uma atenção para a instituição, entendida não apenas como aparato burocrático de reprodução/opressão, mas como instância inescapável cuja função é positiva: “Ainda antes que ao seu uso funcional, as instituições respondem à necessidade dos homens de projetar alguma coisa de si mesmos para além da própria vida — da própria morte —, prolongando, por assim dizer, o primeiro nascimento no segundo” (Esposito, 2023, p. 28).

Contrário às interpretações coercitivas das instituições e da alternativa da potência destituente de Giorgio Agamben (2017), Esposito repensa a política como mediação entre instituído e instituinte, uma concepção processual que se relaciona tanto com intervenções mais recentes de Pierre Dardot e Christian Laval (2017) acerca do Comum como alternativa à revolução no século XXI, quanto com a “instituição imaginária da sociedade” de Cornelius Castoriadis (1982). Para Esposito (2023, p. 75), as instituições prolongam e mantêm vivas as ideias no tempo conjugando sujeito e objeto. Ou seja, a práxis instituinte é pensada por fora do paradigma fundacional (presente na ideia de poder constituinte), optando-se, ao invés, pela focalização de uma potência vital sempre presente na formação institucional.

Ao imaginar a literatura como instituição, a visão de Esposito permite sair do elogio da pura negatividade que aparece em Giordano ou Olmos: a escritura como desvio, o ensaio como indagação que resiste a qualquer cristalização. Com Esposito, percebemos uma integração entre movimento e fixação de sentido que supera as teses que supunham uma amarra total das estruturas, seja a linguagem, o social ou as instituições. Assim, o caráter fluido e múltiplo do ensaio, com seu manejo de matérias heterogêneas, seu discurso subjetivo e sua improvisação, não se opõem a uma escrita rígida e cristalizada, mas funcionam como mecanismos que tensionam o instituído em direção a uma flexibilização das normas.

A positividade das perspectivas de Esposito e Latour parece ser antecipada pela aposta no ensaio feita por Sarlo e Santiago no contexto pós-ditatorial na Argentina e no Brasil. Em ambos, o papel do intelectual é menos de um herói vanguardista do que o de um mediador entre mundos, sejam eles os mundos do escritor e do público (Sarlo) ou do mundo letrado e da cultura popular (Santiago). Interessante, notar, portanto, que ao fim de seu escrito sobre a democratização no Brasil, Santiago caracterizava o curto período entre 1979 e 1981 como palco para um embate entre “desmemoriados” e “enlutados”. Esses grupos, em disputa no cenário da cultura, se diferiam pelos modos distintos com que se relacionavam com o passado recente, delimitado pela cultura contestatária das esquerdas armadas. Sobre os desmemoriados, Silviano colocava:

Ao questionarem o intelectual pelo viés da sua formação pelas esquerdas dos anos 1950, induziram-no à autocrítica e tornaram possível a transição da postura carismática e heróica dos salvadores da pátria para o trabalho silencioso e dedicado de mediador junto às classes populares (Santiago, 2004b, p. 149).

É possível identificar aqui um elogio do efeito da atuação desses sujeitos no campo cul-

tural e intelectual brasileiro. Agindo sobre o coletivo, esses sujeitos desmemoriados forçam uma transição e uma conversão política e subjetiva a um só tempo. Gesto parecido pode ser lido na gradação da perspectiva de Sarlo acerca do ensaio nos dois textos comentados anteriormente. Se, em 1984, ela buscava reconectar o intelectual com o debate público a partir da sedutora forma do ensaio, em 2001, sua postura dá espaço a uma flutuação da forma que parece não crer mais no intelectual como espécie de dirigente do campo cultural.

Entendo que a postura de ambos os críticos pode ser lida como uma conversão de uma teoria vanguardista do literário a uma posição menos pretensiosa. Como Vinícius Ximenes já antecipava em relação ao discurso latino-americano — de Silviano Santiago e Josefina Ludmer, mas também de Sarlo: “Se nos anos 1960 ele apontava para a revolução, nos pós-ditaduras ele aponta para uma restituição (sempre pendente) que solicita [...] uma posição ética no relacionamento com as instituições e com os textos.” (Ximenes, 2023, p. 305). Para falar com o teórico político Rodrigo Nunes, o momento pós-ditatorial seria o de uma saída do vanguardismo, entendido como pretensão de ocupação de um lugar fora da situação a qual se pretende direcionar, a uma “função-vanguarda” (Nunes, 2014, p. 175), agora disseminada e móvel, podendo ser exercida momentaneamente por qualquer ator inserido em uma ecologia política. No campo cultural e intelectual, essa mudança de posição significa imaginar outras relações com os objetos de estudo, ampliando o alcance das ferramentas metodológicas em direção à cultura popular (Santiago, 2004b) sem, no entanto, subscrever a um relato épico ligado ao vocábulo “revolução”. Sobretudo, significa buscar outros modos de pensar e intervir publicamente, privilegiando as estratégias dialógicas da polêmica e a experiência da escritura como processo mais do que produto cristalizado (Sarlo, 2015b).

Ferramenta dessa política da mediação,

o ensaio é imaginado como forma capaz de resolver os impasses políticos e teóricos que apareciam nas décadas imediatamente posteriores às ditaduras militares, mas cuja validade parece ainda sobreviver. Se o modelo composicionista se baseia em uma ineficácia da crítica como desvelamento e o pensamento de Esposito se afasta do messianismo imediatista da crença destituente de uma “esquerda filosófica” (Esposito, 2023, p. 37), Sarlo e Santiago apontavam, em momento débil dos estudos literários, para alternativas mais além do trabalho do negativo. Retomar esse debate permite não só visualizar a insistente hegemonia dos gestos destrutivos nos estudos literários, mas também repensar a validade de exercícios construtivos, cuja mera positividade tampouco parece servir a uma verdadeira eficácia política (basta lembrar que é o abandono das perspectivas punitivas em favor da “formação cultural do Brasil”, elogiado por Santiago, que nos trouxe até a conjuntura de ameaças autoritárias e ressurreição de um bloco alinhado à biopolítica ditatorial).

Assim, o debate pós-ditatorial em torno do ensaio, em Sarlo ou em Santiago, parece colocar em disputa as ferramentas de intervenção e os modos de atuação das subjetividades teóricas em momento de reconstrução de novas institucionalidades. A aparição da mediação como objetivo e da composição como estratégia nessas intervenções críticas apontam para disposições de estudo preocupadas com a política dos estudos literários. Na conjuntura atual, a oposição entre posições parece novamente tomar o centro dos debates em torno da literatura. Nesse embate podemos colocar um grupo interessado na ampliação da presença de vozes historicamente subalternizadas em contraponto aos defensores da autonomia do sistema literário, marcado por soluções e procedimentos formais. A tarefa da composição e da construção de outras institucionalidades parece se colocar novamente, e o recurso ao ensaio poderia sugerir uma política capaz de descansar as armas da negatividade em

favor de uma disposição construtiva.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O Uso dos Corpos. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Trad. Guy Reynaud. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1975].
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIEGO, José Luis. ¿Quién de nosotros escribirá el Facundo? Intelectuales y escritores en Argentina (1970-1986). 2ª ed. La Plata, Argentina: Ediciones Al Margen, 2003.
- ESPOSITO, Roberto. Bios: biopolítica e filosofia. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- ESPOSITO, Roberto. Communitas: Origen y destino de la comunidad. Trad. Carlo Rodolfo Molinari Marotto. 1ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- _____. Instituição. Trad. Davi Pessoa. São Paulo: Autêntica Editora, 2023.
- GIORDANO, Alberto. Modos del ensayo: de Borges a Piglia. 1ª ed. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2005. p. 249-260.
- GRAMUGLIO, María Teresa, Estética y política. Punto de Vista, ano IX, n. 26, Buenos Aires. Abril, 1986, pp. 2-3.
- GONZÁLEZ, Horacio. Elogio del ensayo. In: Giordano, Alberto. Modos del ensayo: de Borges a Piglia. 1ª ed. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2005. p. 85-90.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Bandeiras da imaginação antropológica. O Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 ago. 1981.
- JAKOBSON, Román. Linguística e poética. In: _____. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 1974.
- LATOUR, Bruno. An attempt at a compositionist manifesto. New Literary History, n. 41, 2010, pp. 471-490.
- MIRANDA, Gabriel Fernandes de. O partido da incerteza e as células combatentes: tons e políticas do ensaio na crítica latino-americana. Caracol, São Paulo, n. 27, p. 28-64, 2024. DOI: [10.11606/issn.2317-9651.i27p28-64](https://doi.org/10.11606/issn.2317-9651.i27p28-64). Disponível em: <https://revistas.usp.br/caracol/article/view/214337>. Acesso em: 24 ago. 2026.
- MOUFFE, Chantal. Sobre o político. Tradução Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- NUNES, Rodrigo. Notes towards a rethinking of the militant. In: BRINCAT, Shannon (ed.), Communism in the 21st century. Vol. 3: the future of communism. Social movements, economic crises, and the re-imagination of communism. Santa Barbara, California: Praeger, 2014. p. 163-187.
- SANTIAGO, Silviano. A crítica no jornal. In: _____. O cosmopolitismo do pobre. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004a, p. 156-166.
- _____. A democratização no Brasil – 1979-1981: cultura versus arte. In: _____. O cosmopolitismo do pobre. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004b, p. 134-155.
- SARLO, Beatriz. Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- SARLO, Beatriz. “Del otro lado del horizonte”. In: Giordano, Alberto (ed.). El discurso sobre el ensayo en la cultura argentina desde los 80. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2015a, p. 133-153.
- _____. “La crítica: entre la literatura y el público”. In: Giordano, Alberto (ed.). El discurso sobre el ensayo en la cultura argentina desde los

80. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2015b, p. 43-58.

_____. No entender. Memórias de uma intelectual. Siglo XXI Ediciones Argentina, 2025.

OLMOS, Ana Cecilia. Escritas descentradas. O ensaio dos escritores na América Latina (1970-2010). Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.

XIMENES, Vinícius. Ler na extração, ler a extração. Estudos com Josefina Ludmer (Argentina-Brasil, 1966-2016) [ou: Pedagogias de leitura, poesia e impasses na América Latina]. 2023. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

Submissão: julho de 2026

Aceite: agosto de 2026